

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Indicação política na Petrobras.....	2
Título: Bolsa bate novo recorde e acumula alta de 6,7% no ano.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: » elétrico.	3
Título: ‘Amigo particular’ de Bolsonaro é indicado gerente na Petrobrás.....	4
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	5
Título: Juros baixos e combustível caro aquecem vendas de motos	5
VEÍCULO: Valor Econômico.....	7
Título: É hora de decidir o destino de 135 estatais.....	7
Título: Retomada da energia nuclear.....	9
Título: Gênero e políticas públicas	12
Título: Escassez de combustível no México	14
Título: Mudanças no conselho da Petrobras atendem planos da área econômica	15
Título: Troca de gerentes dá vaga para capitão amigo de Bolsonaro	17
Título: Bolognesi negocia usina no CE com Cobra	18
Título: Curtas	20
Título: Unidades de fertilizantes da Petrobras serão arrendadas	20

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Indicação política na Petrobras**

O novo chefe da área de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras (ISC) é Carlos Victor Guerra Nagem, o Capitão Victor. Ele, segundo o site “Brasil energia”, é do PSC e amigo pessoal de Bolsonaro.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/01/2019****Seção: Economia****Autor: Ana Paula Ribeiro****Título: Bolsa bate novo recorde e acumula alta de 6,7% no ano**

Expectativa em relação à reforma da Previdência e à negociação entre China e EUA concentram atenções do mercado

SÃO PAULO- A Bolsa brasileira subiu apenas 0,21%, aos 93.805 pontos, mas foi o suficiente para renovar a maior pontuação histórica. É o terceiro pregão consecutivo de recorde. No acumulado do ano, a alta do Ibovespa é de 6,7%.

Já o dólar comercial ganhou força e fechou em alta de 0,56%, cotado a R\$ 3,71.

Internamente, a expectativa em torno das medidas da área econômica do novo governo e o encaminhamento da reforma da Previdência estão no foco do investidor. No exterior, as atenções se voltaram para uma possível conclusão para a guerra comercial entre Estados Unidos e China e para a política de juros do Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

— Aqui a gente opera em compasso de espera, com os investidores aguardando novidades sobre o desenrolar da guerra comercial e, internamente, a Previdência. Está todo mundo esperando uma notícia mais concreta — avaliou Ari Santos, gerente de renda variável da corretora H.Commcor.

Entre os papéis mais negociados, a Vale teve queda de 1,12%, refletindo as notícias negativas na China, que mostrou o menor avanço dos preços em dois anos.

Já o setor elétrico também teve desempenho positivo. As ações preferenciais (PN, sem direito a voto) da Eletrobras subiram 1,30%, e as ordinárias (ON, com voto), 1,31%. Os papéis da Cemig avançaram 2,83% com as declarações do

governador de Minas, Romeu Zema (Novo), de que irá encaminhar o projeto de privatização da estatal mineradora.

No caso do dólar, a moeda operou perto da estabilidade até o meio da tarde, mas passou a subir com as declarações do presidente do Fed, Jerome Powell, que sinalizou para a redução do balanço de ativos, em referência ao volume de títulos injetados no mercado durante a crise financeira. No entanto, ele disse ainda que o Fed pode ser "paciente e flexível". O Dollar Index, da Bloomberg, que calcula o comportamento da divisa frente a uma cesta de dez moedas, avançou 0,34%.

— Tivemos uma melhora do apetite para ativos de risco, e o Brasil se beneficia desse contexto. O noticiário hoje deu uma arrefecida, estamos em um ajuste. Mas a tendência é favorável para a apreciação do real — avaliou Mauricio Oreg, economista-chefe do banco Rabobank no Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/01/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » elétrico.

Coluna do Broadcast

A plataforma de negociação eletrônica de energia BBCE bateu recorde de volume negociado em um só dia. Foram 927 gigawatts/ hora (GWh) por meio de 416 contratos, com um volume financeiro da ordem de R\$ 240 milhões. O marco histórico anterior foi registrado em 11 setembro do ano passado, quando foram negociados em um único dia 887 GWh, movimentando R\$ 231 milhões em 595 contratos.

» Reservatórios. A avaliação do time de especialistas da BBCE é de que a diminuição do nível de reservatórios das hidrelétricas na região Sudeste, que chegou a 28,92% na última quarta-feira (9), e a redução da expectativa de armazenamento para janeiro trouxeram volatilidade para o preço da energia, movimentando as negociações de compra e venda.

COM CRISTIANE BARBIERI E LUCIANA COLLET

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/01/2019****Seção: Economia****Autor: Fabio Grellet / RIO****Título: 'Amigo particular' de Bolsonaro é indicado gerente na Petrobrás**

Capitão da reserva da Marinha, Capitão Victor é funcionário da estatal há 11 anos; ele já disputou duas eleições

Um capitão-tenente da reserva da Marinha classificado como "amigo particular" do presidente Jair Bolsonaro (PSL) foi indicado ontem para assumir a gerência executiva de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobrás. Carlos Victor Guerra Nagem é funcionário da estatal há 11 anos e atualmente trabalha em Curitiba.

Desde que ingressou na Petrobrás, Nagem se licenciou em duas ocasiões, para disputar as eleições de 2002 e de 2016, usando a alcunha de Capitão Victor e filiado ao PSC (partido que Bolsonaro integrou e pelo qual o atual presidente foi eleito deputado federal em 2014).

Na primeira, Capitão Victor tentou se eleger deputado federal pelo Paraná; na segunda disputou uma cadeira de vereador em Curitiba. Nas duas foi derrotado. Em 2016, Bolsonaro gravou um vídeo em que pede votos para o candidato que classificou como "meu amigo particular": "É um homem, um cidadão que conheço há quase 30 anos. Um homem de respeito, que vai estar à disposição de vocês na Câmara lutando pelos valores familiares. E quem sabe no futuro tendo mais uma opção para nos acompanhar até Brasília", afirma o atual presidente no vídeo de 2016. "Todos nós ganharemos", continua Bolsonaro. Na campanha, um dos slogans do Capitão Victor afirma que "Bolsonaro (o) indicou".

Experiência. Em nota, a Petrobrás confirmou a indicação e afirmou que o nome ainda "será submetido aos procedimentos internos de governança corporativa". Segundo a estatal, Nagem é graduado em Administração pela Escola Naval e há seis anos atua na área de Segurança Corporativa da Petrobrás. A empresa afirma ainda que o indicado possui mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem dez anos de experiência como professor no ensino superior.

Ontem, às 23h, Bolsonaro divulgou no Twitter a indicação. "A seguir, o currículo do novo gerente executivo de Inteligência e Segurança da Petrobrás, mesmo que muitos não gostem, estamos no caminho certo", escreveu no post.

De acordo com o site O Antagonista, o anúncio foi feito por videoconferência para os funcionários ontem. O salário dele na empresa, segundo o site, passará de R\$ 15 mil mensais para mais de R\$ 50 mil. Capitão Victor vai substituir Regina de Luca, indicada pelo ex-presidente da Petrobrás Pedro Parente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/01/2019

Seção: Negócios

Autor: Nelson Cilo

Título: Juros baixos e combustível caro aquecem vendas de motos

São Paulo — Um dos símbolos da expansão do aumento do consumo da classe C durante o início dos anos 2000, o mercado brasileiro de motocicletas viveu tempos difíceis na última década. As vendas caíram pela metade, afetadas pelo maior rigor dos bancos na liberação de crédito durante a crise e pelas bem conhecidas turbulências na economia.

Esse cenário, porém, parece ser agora apenas uma imagem no retrovisor. De acordo com os números mais recentes da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), as 968.860 motos produzidas entre janeiro e novembro do ano passado representam 19% de aumento sobre a mesma referência medida na temporada anterior.

“Não chegávamos a esse patamar há anos”, diz o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian. Segundo ele, o ritmo produtivo apontava para uma alta de 10%, mas a recuperação da economia trouxe resultados melhores do que inicialmente se imaginava.

As cifras mostram que o mercado de duas rodas reencontrou a estrada do crescimento. Dos R\$ 67,8 bilhões no faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) — onde estão concentrados 98% da produção de motocicletas e bicicletas, com 14 empresas — mais de R\$ 9 bilhões vieram das motos. Só em novembro foram entregues exatas 90.108 motocicletas, 8,4% acima do que se viu no mesmo mês de 2017, com 83.106 unidades.

Embora a grande estrela do setor tenham sido as exportações, 2018 foi um ano de retomada do mercado interno. Segundo os números divulgados pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), o setor fechou o ano passado com alta de 10,47% em relação a 2017, totalizando 940.362 unidades emplacadas.

Foi a primeira vez desde a crise de 2008 que o setor obteve um resultado

positivo. “A queda da inadimplência trouxe, como consequência, uma maior oferta de crédito e o aumento de aprovação de fichas cadastrais para financiamentos de motocicletas, principalmente de baixa cilindrada, que representam a maior fatia do mercado”, afirma o vice-presidente da Fenabreve, Carlos Porto. “Outro fator que ajudou a puxar as vendas foi a participação do segmento de consórcios, que representa mais de 30% sobre os créditos concedidos”, completa

Para a Fenabreve, a previsão é de nova alta no setor de motos para este ano. A entidade aposta em expansão de 7,3% em 2019, enquanto no geral, incluindo automóveis, a Fenabreve acredita no avanço de 10,1% dos emplacamentos na comparação com 2018. “Tudo dependerá dos rumos a serem dados pelo novo governo, como a aprovação das reformas necessárias”, afirma Alarico Assumpção Júnior, presidente da Fenabreve. “A sinalização nesse começo do governo já se mostra positiva, com uma agenda de intenso trabalho proposta para os primeiros 100 dias.”

Alta “absurda”

Talvez nenhum fator tenha sido tão decisivo para alta da demanda por motos quanto o reajuste da gasolina. De janeiro a setembro, a disparada de 46% dos combustíveis nas refinarias levou muita gente a deixar o carro na garagem e a buscar alternativas mais econômicas de locomoção. “Houve uma corrida por motos depois da greve dos caminhoneiros e da mudança na política de reajustes da Petrobras, que encareceu a gasolina de forma absurda”, afirma Renato Fontes, economista da FGV. “Em algumas partes do país, onde o transporte público não atende à demanda, houve até a volta do uso de transporte por animais, como cavalos e jegues.”

Ao analisar o que está ocorrendo, o presidente da Abraciclo atribui os bons ventos principalmente à ampliação do crédito, além da segurança dos clientes na hora de adquirir veículos, especialmente motos. Fermanian conta que 70% do movimento estão nos consórcios ou nas vendas financiadas. “É preciso confiança para se comprometer a assumir parcelas mensais”, observa o executivo. “A confiabilidade no futuro é um aspecto preponderante.”

Outro detalhe muito comemorado é que as empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus ampliaram a criação de postos de trabalho. Desde 2011, havia redução de vagas nas linhas de produção de motos. Segundo a Suframa, o segmento preencheu quase 12,5 mil empregos diretos. “De lá para cá, esse número só aumenta”, constata Fermanian, ao se referir às notícias transmitidas pelos fabricantes. “É um ótimo sinal.”

Às vésperas de fechar 2018, a Abraciclo mantinha dados que,

comparativamente a 2017, antecipavam um recuo de 14,4% nas exportações, de 81.789 para 70 mil unidades. Neste ano, não se pode esperar nenhuma reação na rota do exterior, segundo a entidade. A queda pode cravar nos 30%, ou 49 mil motos. A crise da Argentina, que levava 70% deste produto, respingou diretamente no Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle

Título: É hora de decidir o destino de 135 estatais

Há um esforço real para reduzir o número de empresas estatais federais e para melhorar seus resultados que vai um pouco além das privatizações. Em 2016, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) contabilizava 155 empresas públicas federais. Hoje são 135.

As 20 companhias que desapareceram da lista foram privatizadas, liquidadas ou incorporadas. No ano passado houve a liquidação de duas empresas, a Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e a Companhia de Armazéns de Minas Gerais (Casemg). Outras oito foram vendidas, a exemplo da Petroquímica Suape e de empresas de distribuição e transmissão de energia. A Companhia de Pesquisa de Energia Elétrica (Copel) foi incorporada pelo Grupo Eletrobras.

Ciente de que não dá para se desfazer de todas as empresas, há, também, uma determinação do governo de melhorar os resultados das companhias públicas federais. Até setembro do ano passado, último dado oficial, o resultado líquido era de quase R\$ 52 bilhões positivos, uma virada importante se comparada com o resultado negativo de R\$ 32 bilhões do início de 2016.

Há empresas para privatizar, liquidar ou incorporar.

O endividamento também caiu no mesmo período. Era de R\$ 544 bilhões e teve uma redução de 26%, para R\$ 401 bilhões, basicamente por causa da Petrobras e da Eletrobras.

O patrimônio líquido aumentou de R\$ 500 bilhões para R\$ 582 bilhões entre 2016 e 2017. Há, porém, 22 empresas com patrimônio líquido negativo, que cresceu de R\$ 27,8 bilhões para R\$ 46,47 bilhões em igual período. Ainda não há dados oficiais para o ano passado.

O orçamento de investimentos, que chegou a R\$ 123 bilhões em 2013, caiu para R\$ 76 bilhões em 2016 e aumentou para R\$ 115,8 bilhões em 2018. Desse total, metade foi executada até setembro.

No início de 2018 o quadro geral da Sest mostrava a existência de 47 empresas sob controle direto da União - sendo que destas, 18 são dependentes - e 97 sob controle indireto. Os últimos dados do Ministério da Economia indicam que agora são 89 companhias sob controle indireto e 46 diretamente controladas pela União.

As dependentes de recursos públicos continuam as mesmas 18 empresas e elas foram as responsáveis pelo aumento do quadro de pessoal, que passou de 58.533 funcionários em 2014, até então número recorde, para 78.420, um acréscimo de quase 20 mil cargos. Parte relevante desse aumento refere-se à absorção de hospitais universitários pela Ebserh, empresa pública prestadora de serviços hospitalares.

No geral houve redução de cerca de 51 mil empregos se consideradas todas as empresas federais em comparação com os dados de 2014, quando o número de empregados chegou a quase 555 mil funcionários. Na sua grande maioria, o que houve foi adesão aos Programas de Demissão Voluntária (PDV).

Apesar da redução do número de empresas ou de melhor gestão nos casos em que já se sabe, de antemão, que não há decisão política para vender nem para extinguir, no entanto, o Estado brasileiro ainda é muito grande. São 40 empresas de energia, entre a holding Eletrobras e suas subsidiárias. Na área de petróleo e gás são 20 empresas, além de 18 no setor financeiro e 14 companhias de comércio e serviços, dentre várias outras nas áreas portuária, indústria de transformação, seguros etc.

Gasta-se muito com essas empresas. As 18 estatais dependentes da União tiveram dotação orçamentária de R\$ 20,9 bilhões no ano passado, embora tenham executado apenas R\$ 9,34 bilhões até o terceiro trimestre do ano. Esses são recursos para financiar as despesas correntes e de capital dessas companhias, sendo que cerca de 67% são gastos com folha de salários.

As não dependentes também recebem dotações, embora bem menores - somaram R\$ 3,46 bilhões em 2018, sendo que R\$ 2,58 bilhões foram executados até setembro. A Emgepron (empresa gerencial de projetos navais), a Infraero e a Telebras foram as três companhias não dependentes que mais aporte tiveram.

Embora o Tesouro Nacional tenha repassado ao ministro da Economia, Paulo Guedes, uma estimativa de receita de R\$ 800 bilhões caso todas as empresas federais fossem privatizadas, esta é uma cifra meramente hipotética.

É possível uma aceleração do processo de privatização ou extinção, segundo técnicos oficiais. Há projetos maduros para colocar em execução.

O; Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) tinha suas verbas constantemente contingenciadas pelos governos. Em 2015, porém, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu que o orçamento do fundo fosse objeto de contingenciamento para cumprir as metas fiscais. Afinal, há uma crise carcerária permanente, estrutural, no país que precisa ser enfrentada com políticas públicas e estas demandam recursos.

Em 2016 o governo liberou R\$ 1,2 bilhão para os Estados e o Distrito Federal investirem no sistema penitenciário. Até hoje somente 24% desses recursos foram efetivamente gastos, segundo informações que foram repassadas ao gabinete do ministro da Justiça, Sérgio Moro. Esse é mais um caso do problema crônico de dificuldade de execução que empoça o dinheiro público. Em 2018 o empoçamento, até novembro, era de R\$ 12,2 bilhões.

Do total de recursos que cada Estado recebe, o governo tem que aplicar 30% em obras de construção, ampliação, reforma ou conclusão de unidades prisionais, cuja finalidade é o aumento de vagas. A parcela restante (70%) é de livre aplicação.

Quando Michel Temer deixou a vice-presidência para assumir o cargo de presidente da República, com o impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016, a estrutura da vice-presidência foi extinta. Não há, no organograma do Poder Executivo, uma escala funcional definida para o vice-presidente Hamilton Mourão preencher com seus assessores. Enquanto não recria os cargos e salários da vice-presidência, os assessores de Mourão trabalham com crachás de visitantes.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E-mail: claudia.safatle@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Nivalde de Castro e Marcel Biato

Título: Retomada da energia nuclear

As perspectivas de recuperação do crescimento econômico do Brasil não serão duradouras sem oferta de energia segura e barata. A predominância de fontes renováveis assegura ao país uma posição ímpar. Esta vantagem, centrada na hidreletricidade, se prolongará por décadas em função do imenso potencial de novas fontes sustentáveis de energia eólica e solar.

Essa virtuosa composição da matriz brasileira impõe importante desafio: são fontes que geram energia intermitente e sazonal. O sistema elétrico exigirá operação cada vez mais ágil e flexível e, logo, mais plantas de geração firme e contínua de modo a garantir suprimento seguro de energia elétrica. A opção no curto prazo para o Brasil enfrentar e consolidar este novo paradigma energético são as usinas termelétricas de ciclo combinado a gás natural, por conta de seus custos mais baixos, aproveitando a grande oferta de gás do pré-sal. Nesse intuito, estão sendo incorporados aos editais dos leilões inovações regulatórias como maior inflexibilidade, contratação de serviços ancilares para modulação da carga, etc.

Na Alemanha, por exemplo, o aumento do emprego dessas novas fontes só foi possível graças à capacidade instalada de centrais termelétricas com regime de geração estável, mas altamente poluente. No Brasil, se quisermos cumprir com nossos compromissos ambientais no médio e longo prazo, não bastará investir em térmicas a gás, devem-se buscar outras opções.

Dispor de um setor nuclear competitivo é indispensável para consolidar o Brasil entre a elite tecnológica

O novo governo - com o novo **Ministro de Minas e Energia** à frente - confirmou o reinício da construção de Angra III. Sinaliza uma clara aposta na retomada do Programa Nuclear do setor elétrico, superando velhos tabus e preconceitos. Com essa opção, o Brasil acompanha a tendência mundial. A energia nuclear representa hoje 11% da oferta global de energia elétrica. Esse patamar se manterá nas próximas décadas, já que estão em construção e planejamento mais plantas nucleares atualmente do que nos últimos 50 anos. Além de oferecer energia firme, a fonte nuclear é ambientalmente sustentável por não emitir CO₂, identificada como a principal fonte do aquecimento global e dos impactos climáticos.

No Brasil, a energia nuclear representa pouca mais de 3% da geração elétrica. Os benefícios potenciais de ampliar sua participação são inegáveis. Primeiro, por já estar equacionadas questões de viabilidade econômica com a decisão de elevar as tarifas. De outro lado, está se definindo nova governança para separar a parte comercial (construção e manutenção) da parte operacional e de segurança, que ficará com a Eletronuclear, nos moldes do modelo adotado para linhas de transmissão. Será possível abrir licitação internacional para finalizar as obras, dando como garantia o fluxo de caixa da venda da energia gerada em Angra III.

Em segundo lugar, a energia nuclear manterá a matriz elétrica livre de emissões danosas. Em terceiro lugar, nossa energia continuará segura, visto que as usinas de Angra funcionam há décadas sem qualquer incidente relevante. A criação de

uma agência reguladora específica para energia nuclear zelar por esse padrão de qualidade e segurança.

Adicionalmente, com a conclusão de Angra III recuperam-se dois ativos longamente ignorados: o Brasil é dos poucos países do mundo a deter tecnologia autônoma de enriquecimento do urânio; e possui a sexta maior reserva de urânio do mundo. Ao dar escala comercial à cadeia produtiva do combustível nuclear, o Brasil ganha autonomia reduzindo sua dependência externa. Decisivo nesse intuito foi recente autorização para parcerias entre o setor privado e a Indústrias Nucleares do Brasil na pesquisa, prospecção e lavra de jazidas nucleares, abrindo perspectivas estratégicas para a cadeia produtiva nuclear.

Por fim, permite posicionar-nos na vanguarda tecnológica nuclear, ao capitalizar os avanços brasileiros no desenvolvimento de reatores modulares de pequeno e médio porte (100 a 300 MW). Eles apresentam custos de construção, transporte, manutenção e posterior desmontagem proporcionalmente muito menores que os reatores tradicionais de grande escala (1000 a 1500 MW). No requisito da segurança, serão bem mais confiáveis dado seu tamanho reduzido e facilidade de tratamento de resíduos.

Merece ser destacado que está em construção pela Marinha brasileira reator nuclear compacto (Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica), prioridade de seu programa para desenvolver submarino a propulsão nuclear. Há, portanto, sinergia entre o Programa Nuclear da Marinha e maior participação da energia nuclear na matriz elétrica nacional via os pequenos reatores modulares.

Nessa transição, o Brasil contará com o robusto marco institucional do setor elétrico. Terá à disposição apoio técnico: da EPE, para elaborar estudos e examinar a incorporação da energia nuclear nos Planos Decenais de Energia; do ONS, para avaliar ganhos de eficiência e segurança que usinas nucleares modulares oferecem ao sistema elétrico; e do BNDES, para analisar modelos de negócio mais eficientes, mediante leilões sinalizando tarifas mais competitivas.

Dispor de um setor de geração nuclear competitivo é indispensável para viabilizar a capacitação técnica e científica necessária para consolidar o Brasil no pelotão da elite tecnológica.

Em suma, abre-se oportunidade para o Brasil destacar-se nesta nova rota tecnológica, criando cadeia produtiva mais extensa e robusta, em benefício da expansão do setor elétrico e da competitividade da economia nacional.

Nivalde de Castro é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Gesel- Grupo de Estudos do Setor Elétrico.

Marcel Biato é representante permanente do Brasil junto à AIEA - Agência Internacional de Energia Atômica em Viena.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Agnes de Aragão da Costa

Título: Gênero e políticas públicas

O tema gênero é espinhoso e talvez os novos governos, mais conservadores, não queiram abraçar uma bandeira tão polêmica. Mas eles têm muito a ganhar se optarem por trabalhar sobre aquilo que nos une enquanto sociedade e não sobre aquilo que nos divide.

A verdade é que muito pouco se sabe sobre o quanto as políticas públicas impactam a vida das mulheres. Avaliar o impacto de políticas públicas é um instrumento muito relevante para os governos porque permite que desenhem políticas cada vez mais eficazes e com maiores retornos para a sociedade e para o dinheiro público investido.

Talvez tenhamos mais informações nos setores de saúde, assistência básica, educação e segurança pública. Mas desconheço informações a esse respeito em setores como mobilidade urbana, agricultura, comunicações, ciência, tecnologia e indústria, orçamento público, entre tantos outros.

No Brasil 40% das famílias são chefiadas por mulheres, na maioria das vezes sem um parceiro ao seu lado

No setor de energia, conheço a avaliação de impacto do Programa Luz Para Todos, programa de universalização de acesso à energia elétrica que, entre 2003 e 2017 conectou mais de 3,3 milhões de unidades consumidoras às redes de energia elétrica no Brasil. Para quem não sabe, é um programa de universalização que, pelo seu porte e alcance, é referência mundial.

Em sua concepção, o Programa não tinha um "componente de gênero". Mas, em 2013, dez anos após seu lançamento, numa pesquisa de avaliação de impacto do Programa em que foram entrevistados 3.105 beneficiários em 26 Estados, resolveu-se realizar perguntas relativas a gênero.

O que se descobriu sobre o impacto do Luz para Todos na vida das mulheres foi o seguinte: com o acesso à energia elétrica, 7,5% das mulheres passaram a exercer alguma atividade e 9% das mulheres passaram a frequentar ou retornaram às escolas. Dos entrevistados, 82% declararam que acreditavam que as mulheres passaram a se sentir mais seguras depois do acesso à energia

elétrica, em atividades como ficar sozinha em casa (79,2%) e andar por suas comunidades (47,7%). O acesso à energia elétrica também possibilitou que essas famílias saíssem de um mundo arcaico e sem eletrodomésticos. Identificou-se, então, que os eletrodomésticos que mais passaram a ajudar na vida das mulheres foram a geladeira (50,3%) e o tanquinho/máquina de lavar roupa (32%). E isso é relevante, se pensamos no quanto as mulheres podem contribuir como força de trabalho, mas também como pilar de valores para as futuras gerações, porque o uso de eletrodomésticos possibilitou que 57% das mulheres pudessem dedicar tempo a outras atividades antes negligenciadas, como ajudar o marido ou companheiro em outras atividades em suas propriedades e ajudar seus filhos com seus afazeres, além de outras atividades ou trabalho fora de casa.

Essa pesquisa é uma demonstração clara de que, mesmo que uma política não tenha sido desenhada com "componente de gênero", haja vista que essa é uma perspectiva que vem desembarcando recentemente na agenda de políticas públicas, pelo menos no Brasil, é possível avaliar as políticas existentes sob essa ótica e ver o quanto elas afetaram a vida das mulheres.

E por que é importante se perguntar qual é o impacto de políticas públicas sobre as vidas das mulheres especificamente?

Primeiramente, porque no Brasil 40% das famílias são chefiadas por mulheres, na maioria das vezes, sem um parceiro ou marido ao seu lado, ou seja, são muitas as famílias monoparentais em que os filhos podem contar apenas com a mãe. Todos nós conhecemos histórias de filhos bem-sucedidos que dizem dever tudo a suas mães que sozinhas os criaram e por eles sempre proveram. Então olhar para como as ações dos governos impactam as mulheres também é olhar para como a gente está tratando nossas futuras gerações para quem estamos construindo esse país.

Além disso, as mulheres no Brasil são consumidoras relevantes e, com isso, têm o poder de impulsionar a atividade econômica: as mulheres tomam 62% das decisões de compras domésticas no Brasil, e ainda dividem com os homens 34% dessas decisões, levando a questões de como empresas podem orientar suas estratégias de marketing para esse público, mas também de como políticas públicas podem endereçar práticas e padrões de consumo mais sustentáveis, e ainda como podem endereçar a melhoria da condição de vida das mulheres com vistas a tornar nosso mercado consumidor mais pujante, aumentando emprego e renda no país.

Não bastando isso, se os novos governos fizerem coisas muito simples como análise de impacto das políticas públicas sobre a vida das mulheres como foi feito no caso do "Luz para Todos", ou a previsão de "componentes de gênero"

no desenho de novas políticas públicas, eles estarão alinhados com diversos acordos e compromissos firmados pelo país internacionalmente, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável firmados no âmbito das Nações Unidas. Isso abre portas para necessários recursos para o setor público, ofertados a baixo custo por organismos internacionais ou multilaterais de fomento, como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que apresentam tendência crescente a condicionar a concessão de financiamentos ou de recursos ao cumprimento de cláusulas relacionadas à inclusão e diversidade.

Muito se teme atualmente que, num cenário de costumes mais conservadores, as secretarias de governo dedicadas à mulher sejam esvaziadas por serem consideradas um ambiente de proliferação de ideologia de gênero.

Mas espero, pelo contrário, e em função dos evidentes pontos que apresentei acima, que esses novos governos, tão preocupados em dar maior eficiência ao uso de recursos público e ao funcionamento do Estado e tão preocupados com a busca de resultados e respostas para a sociedade, aproveitem a oportunidade para olhar para a mulher brasileira, a maioria delas, mães de família, trabalhadoras e donas de casa, como nenhum outro governo o fez antes.

Se o fizerem, deixando a ideologia de lado e colocando nessas secretarias gestores públicos qualificados e competentes para fazerem as perguntas certas, ainda levam de lambuja todo um eleitorado reticente, porque até hoje carente de respostas, haja vista que muitos dos governos anteriores, mesmo os mais liberais nos costumes, não tiveram a competência para tratar da questão e chegar a respostas que tanto podem enriquecer a sociedade.

Agnes Maria de Aragão da Costa é economista com mestrado em Energia pela USP e membro da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/01/2019

Seção: Internacional

Autor:

Título: Escassez de combustível no México

A decisão do presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, de combater o roubo de combustível no México levou a escassez de gasolina e acendeu alerta no setor empresarial diante de mais incertezas. O roubo de combustível da estatal Pemex, que segundo Obrador custou US\$ 3 bilhões aos cofres

públicos em 2018 - fez o governo fechar alguns oleodutos no fim de dezembro e distribuir combustível por caminhões. Cerca de 4.000 soldados foram mobilizados para proteger 1,6 km de dutos. A medida levou a atrasos na distribuição aos postos. Na Cidade do México, motoristas ficaram horas em filas de mais de 1 km para abastecer (foto). Obrador pediu paciência e disse que não dará "nenhum passo para trás". Juan Pablo Castañon, do Conselho Coordenador Empresarial, disse que a escassez está afetando a indústria. Alfredo Arzola, diretor do polo da indústria automotiva no Estado de Guanajuato, disse que as montadoras poderão ter de começar a reduzir o ritmo de produção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Mudanças no conselho da Petrobras atendem planos da área econômica

Além das mudanças promovidas na diretoria-executiva da Petrobras, o novo presidente da estatal, Roberto Castello Branco, quer alterar a composição do conselho de administração, o que representa um desafio para o modelo de governança criado após investigações da Operação Lava-Jato. No dia 2 de janeiro, antes mesmo da troca de comando na estatal, dois conselheiros - o então presidente do colegiado, Luiz Nelson Carvalho, e Francisco Petros - renunciaram aos cargos, ainda no meio dos seus mandatos

Castello Branco, segundo apurou o **Valor**, estaria pressionando pela saída de mais dois integrantes do conselho: Segen Estefen e Durval Soledade Santos. Embora indicados pela União, ambos são considerados membros independentes do controlador e têm mandato vigente até o fim de abril de 2020. Uma alternativa caso os dois não renunciem seria a convocação de uma assembleia geral extraordinária de acionistas pela União para destituí-los. "Se o governo é liberal, porque não deixar o mandato terminar e assim seguir o modelo de governança?", questiona uma fonte.

A saída de Estefen e Soledade abriria caminho para o governo Bolsonaro indicar quatro vagas no conselho de administração da Petrobras - ao todo, o colegiado da estatal pode ter até onze membros. Caberá ao novo conselho opinar sobre o pagamento à estatal de recursos referentes à chamada "cessão onerosa". Isso poderia criar um conflito de interesses.

Conforme o **Valor** informou na edição de terça-feira, projeções entregues à equipe de transição nas últimas semanas de 2018 mostram que a União deverá pagar em torno de US\$ 14 bilhões à Petrobras, o que poderia comprometer os

planos da equipe econômica de zerar o déficit primário neste ano. Além do pagamento da União, a Petrobras poderia receber cerca de US\$ 10 bilhões adicionais das empresas vencedoras do megaleilão de excedentes da cessão onerosa.

Diante do esforço para ajustar as contas do governo, a equipe econômica comandada por Paulo Guedes busca reduzir ao máximo o montante a ser pago à estatal. A área econômica tinha outros cenários, como uma dívida com a Petrobras de pouco mais de US\$ 5 bilhões e outro de US\$ 2,7 bilhões.

Segundo uma fonte, a Petrobras está na zona de influência de Guedes. Castello Branco, novo presidente da petroleira, foi indicado pelo ministro da Economia. Além de Guedes, **o ministro das Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite**, também apoiaria os planos de alterar o conselho de administração. Durante o período de transição do governo, o novo ministro de Minas e Energia despachava na estatal.

Todo esse processo será um teste para as estruturas de governança criadas durante a gestão de Nelson Carvalho à frente do conselho da estatal. Entre elas estão, por exemplo, um comitê estatutário de remuneração, indicação e sucessão, que fará um exame prévio, antes do conselho, dos nomes indicados por Castello Branco para a diretoria. Esse mesmo comitê, formado por Ana Lúcia Zambelli, Segen Estefen e Tales Bronzato (Petros também era membro), tem entre suas funções a de propor nomes de conselheiros para vagas temporárias que surjam no intervalo entre as assembleias, como ocorre neste momento.

Já um outro comitê, também estatutário, mas de minoritários, tem o papel de avaliar transações entre a Petrobras e o governo, seu controlador, entre as quais a principal é a revisão do multibilionário contrato de cessão onerosa. Marcelo Mesquita, da Leblon Equities, preside o órgão, que é integrado ainda por Sonia Villalobos. Francisco Petros era o terceiro membro do comitê, mas o posto agora está vago.

Embora os comitês de assessoramento tenham poder de opinar, é o conselho de administração, completo, que dará a palavra final tanto para a formação da diretoria como para a revisão da cessão onerosa.

Procurados, os conselheiros e a Petrobras não deram retorno. **(Colaborou Fernando Torres, de São Paulo)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Juliana Schincariol e André Ramalho | Do Rio****Título: Troca de gerentes dá vaga para capitão amigo de Bolsonaro**

Depois do anúncio da troca de quatro dos sete diretores da Petrobras, as mudanças no comando da estatal começam a chegar também ao nível gerencial. Carlos Victor Guerra Nagem, o Capitão Victor, como é conhecido o funcionário da empresa e candidato a deputado estadual pelo PSC no Paraná em 2018, foi indicado para comandar a área de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras (ISC), ligada diretamente à presidência, segundo duas fontes.

Capitão Victor, que já atuava na área de Inteligência e Segurança Corporativa da Petrobras no Paraná, se autodenomina amigo do presidente Jair Bolsonaro. Em 17 de novembro, o funcionário da Petrobras postou no Facebook uma foto ao lado do presidente. Em vídeo, dizia estar dentro do condomínio onde mora Bolsonaro, na Barra da Tijuca, segundo ele, para "dar um abraço e desejar toda a sorte do mundo" ao presidente.

As indicações de gerentes-executivos precisam passar pelo crivo do conselho de administração.

Nagem foi candidato a vereador em Curitiba em 2016 e a deputado estadual pelo Paraná em 2018 pelo PSC. Em nenhuma delas foi eleito. Na primeira, recebeu 1.129 votos. Na segunda vez, foram 583. Na campanha à Câmara Municipal, recebeu apoio declarado de Bolsonaro, que em vídeo disse que o conhecia há décadas.

"Caso vocês [eleitores] possam levar em consideração o nome do meu amigo particular, o capitão de Marinha Victor por ocasião das eleições agora em outubro, ficarei muito grato a vocês. E pode ter certeza: todos nós ganharemos. É um homem, um cidadão que eu conheço há quase 30 anos. Um homem de respeito que vai estar à disposição de vocês na Câmara, lutando pelos valores familiares", disse o então deputado federal em vídeo publicado em 16 de setembro de 2016 na página do Youtube chamada "Bolsonaro TV".

Nagem também manteve uma página no Youtube durante as eleições de 2018. Em um dos vídeos, aparece num carro elétrico de onde fala do apoio de Bolsonaro desde antes de se imaginar que o capitão reformado poderia ser eleito presidente da República. "Eu conheço o Bolsonaro há mais de 20 anos, ele

é meu amigo pessoal", diz, em vídeo publicado no dia 21 de outubro, uma semana antes do segundo turno das eleições.

A área de inteligência e segurança corporativa é estratégica, sendo responsável por toda a segurança própria e contratada da Petrobras, em dezenas de contratos de vigilância do país inteiro. Segundo uma fonte, o orçamento anual da área é de cerca de R\$ 600 milhões. A área é destinada a apurar, investigar e contribuir com as autoridades sobre as investigações de derivação clandestina no Brasil e tem interfaces com o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco), Ministérios Públicos e serviços de inteligência está na Petrobras.

Procurada sobre a nomeação de Nagem, a Petrobras não se manifestou até o fechamento da edição.

O **Valor** apurou que outra mudança ocorrerá na gerência-executiva de recursos humanos, que será comandada por Claudio Costa, ex-secretário executivo adjunto de gestão de pessoas da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de João Doria (PSDB). Ele foi um dos responsáveis pela reforma previdenciária do município. Foi diretor corporativo de gestão de pessoas do Grupo Ecorodovias e vice-presidente de RH e sustentabilidade da TAM. Em seu perfil no LinkedIn, recebe elogios de Lauro Cotta, novo diretor de estratégia da Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Bolognesi negocia usina no CE com Cobra

Depois de tentativas mal sucedidas nos últimos dois anos, o grupo gaúcho Bolognesi está perto de fechar a venda do projeto da termelétrica Rio Grande para o grupo espanhol Cobra, apurou o **Valor**. A operação depende do aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que precisará arquivar o processo em curso de revogação da outorga da usina, autorizar a transferência dos contratos de venda de energia, assim como as mudanças no projeto. Uma condição da Cobra para a aquisição é que o empreendimento seja transferido para o distrito de Pecém, no Ceará. Atualmente, a obra está prevista para o município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

As empresas apresentaram em 20 de dezembro à Aneel o plano de transferência de direitos e obrigações relativos à usina, de acordo com

documentos ao qual o **Valor** teve acesso. Em novembro, a Cobra já tinha antecipado à agência reguladora, em outro encontro, que havia interesse na aquisição da outorga relativa à termelétrica.

Um dos argumentos apresentados pelas partes para que a usina tenha sua localização alterada é o fato de que a Cobra já tem em curso licenciamento para um projeto com características semelhantes no novo endereço pretendido. Outro argumento é que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) recomendou a implantação de termelétricas no Nordeste para garantir a segurança de suprimento na região.

Essa é a terceira tentativa da Bolognesi de tentar manter a outorga da termelétrica. O projeto foi contratado em um leilão em 2014, com previsão de entrada em operação em 2019. A escalada do dólar e o agravamento da crise no país fizeram com que o grupo gaúcho tivesse dificuldade em tocar o projeto, que teve o prazo prorrogado para 2021. Em 2017, a fim de viabilizar a usina, de 1,3 gigawatt (GW) de potência, a Bolognesi fechou um acordo de venda com a americana New Fortress Energy. O negócio, porém, não avançou, depois que a controladora da New Fortress foi vendida ao japonês Softbank.

Posteriormente, no ano passado, a Bolognesi tentou fechar a venda do projeto para a americana ExxonMobil. Na época, a outorga da usina já estava revogada pela Aneel, ato questionado por meio de recurso administrativo.

O negócio também não avançou, mas a Bolognesi seguiu brigando para manter a outorga do empreendimento. Além de exigir a mudança de endereço da usina, a Cobra também quer um novo postergamento do prazo de construção, desta vez para 31 de dezembro de 2022, uma vez que a previsão é que as obras sejam iniciadas em 2020. Os contratos de venda de energia firmados no leilão em 2014 também teriam o início prorrogado, para 2023.

A Cobra está sendo assessorada financeiramente pelo Goldman Sachs, instituição que também apoia financeiramente outra grande termelétrica no Nordeste, a Porto de Sergipe. O grupo espanhol destacou ainda, perante a Aneel, que tem capacidade financeira para alocar recursos próprios e obter financiamento com terceiros para implementar a termelétrica.

A Cobra tem ainda um termo de compromisso assinado com a Shell, que será responsável pelo fornecimento do gás natural liquefeito (GNL) da usina. Um navio regaseificador está sendo negociado com vários fornecedores, entre eles a Hoegh. Os equipamentos estão sendo negociados com a Mitsubishi e Siemens,

e a solução de construção e engenharia será fornecida pela própria Cobra, uma vez que essa é sua expertise.

Procuradas, Cobra e Bolognesi não responderam à reportagem.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	11/01/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Minério em queda

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao caiu 0,73% ontem, para US\$ 73,36 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com 62% de ferro. No acumulado de janeiro, a commodity ainda registra alta de 0,87%. Em 2018, a valorização foi de 0,17%. Nos mercados futuros, os contratos do minério para maio caíram 1,17%, a 506,5 yuans a tonelada.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	11/01/2019
Seção:	Agronegócios
Autor:	André Ramalho Do Rio
Título:	Unidades de fertilizantes da Petrobras serão arrendadas

A Petrobras iniciou oficialmente tentativas para arrendar suas fábricas de fertilizantes nitrogenados (Fafens) em Sergipe e na Bahia. Com isso, a estatal quer pôr fim a um impasse que perdura desde o ano passado. O objetivo é identificar interessados em assumir a operação das "Fafens" e, assim, evitar o fechamento das plantas, que já não fazem mais parte dos planos da petroleira.

A estatal lançou ontem a etapa de pré-qualificação para habilitar eventuais interessados em arrendar as fábricas. Caso o interesse se confirme, a companhia fará uma licitação para escolher o novo operador das Fafens nordestinas.

Inicialmente, a Petrobras pretendia hibernar as Fafens de Sergipe e Bahia devido aos prejuízos com a operação das unidades. O plano de negócios da companhia prevê a saída completa da petroleira do segmento de fertilizantes.

Além de buscar uma solução para as fábricas de Sergipe e Bahia, a empresa tenta vender a Fafen de Araucária (PR) e a unidade de Três Lagoas (MS) - a

companhia chegou a iniciar os desinvestimentos, mas os processos foram interrompidos em meados do ano passado depois que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, proibiu a alienação do controle de estatais e suas subsidiárias sem o aval do Congresso.

A companhia anunciou em março do ano passado que pretendia interromper as operações das unidades ainda no primeiro semestre. A notícia pegou as indústrias locais de surpresa e houve então uma pressão política para que a empresa voltasse atrás. De acordo com informações técnicas fornecidas pela Petrobras, as duas fábricas empregam cerca de 1,3 mil pessoas, entre funcionários próprios e terceirizados.

De um lado do impasse, estão os interesses empresariais da Petrobras, que, em 2017, acumulou um prejuízo de cerca de R\$ 800 milhões com as duas unidades e não vê mais atratividade econômica em mantê-las em operação.

Por outro lado, o impacto da decisão sobre a dinâmica das economias locais levou governos estaduais e as indústrias que gravitam no entorno das Fafens a pedirem ao então presidente da estatal, Pedro Parente, mais tempo para que se buscassem medidas alternativas para garantir o suprimento de matérias-primas à indústria local. Empresas do setor químico como Braskem, Oxiteno e Unigel utilizam como matéria-prima a amônia e o gás carbônico produzidos pelas Fafens.

Diante do impasse, a data de hibernação foi então postergada para 31 de outubro. Em novembro, o estatal prorrogou o prazo por mais três meses - até janeiro.

Ao mesmo tempo em que busca interessados no arrendamento das unidades, a Petrobras trabalha em conjunto com clientes para garantir o acesso aos insumos a partir de outras regiões do país ou do exterior, caso as Fafens sejam de fato interrompidas.

A unidade de Camaçari (BA), de 1970, tem capacidade para produção de 1,3 mil toneladas por dia de ureia. Já a unidade de Laranjeiras (SE) foi inaugurada em 1982 e produz 1,8 mil toneladas diárias. As duas plantas também comercializam amônia e gás carbônico, entre outros produtos.

MME / ASCOM .